

# “CURRÍCULO FESTIVO” E SUAS VOZES AUSENTES

## “FESTIVE CURRICULUM” AND THEIR ABSENT VOICES

---

Francisco Thiago Silva 1

---

**Resumo:** O presente texto revisita a categoria do “currículo festivo”, amplia o seu significado e o leva para a discussão das demandas dos grupos que compõem a diversidade, a partir de uma revisão bibliográfica que une autores clássicos e atuais do campo dos estudos curriculares, em diálogo com o contexto político brasileiro atual, o objetivo central é caracterizar quais são as vozes ausentes desses currículos, em seguida apontar as possibilidades de feitura e prática de propostas curriculares de caráter emancipador com vistas a consolidar a presença dessas mesmas vozes ausentes em suas diferentes manifestações, evocando a necessidade de feitura curriculares que tomem a diversidade humana como norte e se materializem em práticas curriculares que não apaguem essas vozes.

**Palavras-chave:** Educação. Currículo Festivo. Vozes Ausentes.

**Abstract:** The present text revisits the category of the “festive curriculum”, broadens its meaning and takes it to the discussion of the demands of the groups that make up diversity, from a bibliographic review that unites classic and current authors from the field of curricular studies, in dialogue with the current Brazilian political context, the central objective is to characterize which are the voices absent from these curricula, then point out the possibilities of making and practicing curricular proposals of an emancipatory character with a view to consolidating the presence of these same voices absent in their different manifestations, evoking the need for curricular activities that take human diversity as north and materialize in curricular practices that do not erase these voices.

**Keywords:** Education. Festive Curriculum. Absent Voices.

---

1- Pós Doc. em Educação (UFT). Mestre e Doutor em Educação (UnB). Historiador e Pedagogo. Professor (MTC/FE/UnB). Credenciado no PPGE e PPGEMP. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1498719376426045>. ORCID, <http://orcid.org/0000-0002-6998-2757>. E-mail: francisco.thiago@unb.br

## Primeiras palavras: situando a diversidade em tempos históricos avessos à diversidade

Após quase uma década de investigação<sup>1</sup> fomos implicados pelas circunstâncias históricas, políticas e culturais – nos referimos aos atuais ataques pelos quais a jovem democracia brasileira sofreu, desde o questionamento da validade das eleições presidenciais em 2014, passando pelo traumático processo de *impeachment* que o país enfrentou em 2016 e mais recentemente aos desastrosos atos políticos da gestão federal sob o signo de um “*populismo autoritário*” (FREITAS, 2018) sustentado por um amplo grupo político calcado em ideias neoliberais, neoconservadores e até com um braço em ideias neofascistas – a revisitar a nossa investigação realizada durante o percurso formativo no mestrado acadêmico que teve na época por intenção averiguar como a Educação das Relações Étnico-Raciais Negras era pensada e se materializava nos currículos praticados pel@s professor@s dos Anos Iniciais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Ao longo dos dois anos, pudemos chegar às seguintes constatações, muito atuais, por sinal, motivadoras, inclusive, da retomada desses escritos, sob o argumento de que a luta por garantir que a discussão racial, de gênero e das chamadas minorias não se perca em nossos espaços formativos, sobretudo nas escolas públicas, acreditamos que pelo campo dos estudos curriculares esse debate se torne muito profícuo.

Os resultados da pesquisa assinalam a coexistência de duas concepções curriculares nos Anos Iniciais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal: o “*currículo festivo*”, expresso por ocorrer de maneira esporádica ou mesmo cotidiana, mas apolítica, em momentos isolados da realidade sócio-histórica do país com relação às questões étnico-raciais negras; e o “*currículo antirracista*”, que é vivo, crítico e emancipatório, construído coletivamente. Este último permeia a organização do trabalho pedagógico e debate histórica e politicamente a prática docente como construtora de conhecimentos antirracistas que reconheçam o protagonismo político e social da população afro-brasileira, para além das visões estereotipadas e/ou reduzidas.

Assim, o pressuposto desses escritos é ampliar o debate em torno da categoria originada a partir das análises, mas, acrescentando o importante argumento de que, não se pode reduzir diversidade em desigualdade, ideia amplamente defendida por Gomes (2008), ou mesmo imaginar, de forma ingênua, que os discursos universalistas em torno da inclusão das pautas em torno dos assuntos que permeiam as diversidades brasileiras, estão indo muito bem, porque não estão!

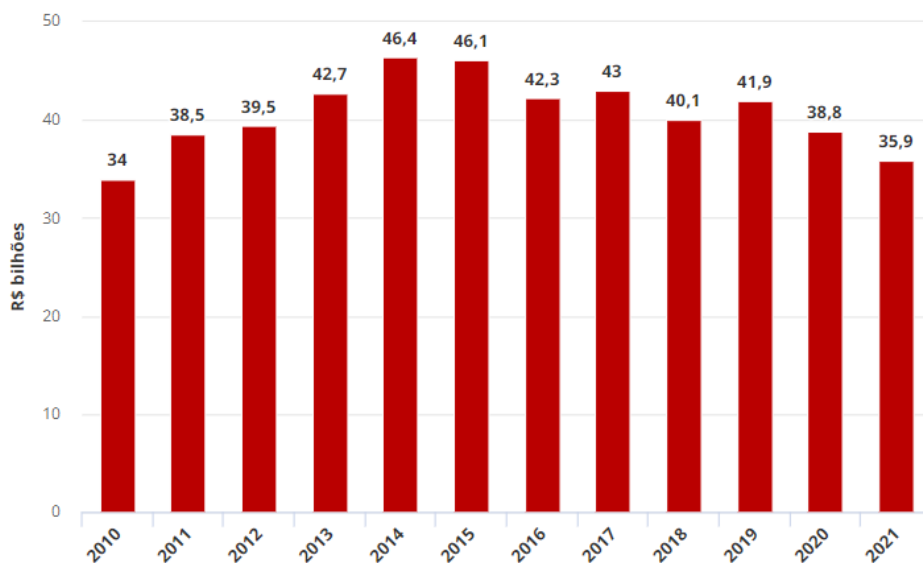
Antes de trazer a estrutura de nosso texto evocamos os números do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC por meio de uma imagem<sup>2</sup> em formato de gráfico retratando as despesas com a educação superior em nosso país, que será a menor nos últimos 10 anos:

1 Pesquisa que resultou na Dissertação: SILVA, Francisco Thiago. Educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal: reflexões curriculares. 2013. 142 f., Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013 e posteriormente plasmou-se no livro: SILVA, Francisco Thiago. Currículo Festivo e Educação das Relações Raciais. 1ª ed. Rio Grande, Pluscom Editora, 2015 e ainda uma segunda edição revista e atualizada: SILVA, Francisco Thiago. Currículo Festivo e Educação das Relações Raciais. 2ª ed. Brasília, Kiron, 2022.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em: 19/05/2022.

## DESPESA COM EDUCAÇÃO SUPERIOR

Gastos efetivados, incluindo restos a pagar, corrigidos pela inflação (em R\$ bilhões)



Fonte: Inesc, com base em dados oficiais

Uma leitura mais ampliada e qualitativa desses dados, até mesmo de fontes mais à direita<sup>3</sup> confirma o descaso do atual governo federal com a pasta de Educação e dos Direitos Humanos:

- No Ministério da Educação o corte foi de 740 milhões de reais. Entre as áreas impactadas, está o Programa “Educação Básica de Qualidade”, com redução de aproximadamente 400 milhões de reais.
- Também foi travado um repasse de 34,4 milhões de reais para apoio à consolidação, reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior.
- No fechamento das contas, Bolsonaro ainda vetou 1,6 milhão de reais para regularização de terras indígenas, além de proteção e promoção dos direitos desses povos.
- Em outro corte, foram retirados 40 milhões de reais de programa para implementação de saneamento básico em pequenas comunidades rurais e quilombos.
- Em relação às políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra a mulher, houve corte de 942 mil reais, além de menos 4,9 milhões em apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres.
- Também houve uma redução de 9,8 milhões de reais na verba de promoção e defesa de direitos humanos para todos.

Assim o nosso texto está organizado da seguinte maneira: iremos resgatar, metodologicamente pela revisão bibliográfica crítica e de forma breve, as características do “currículo festivo” (SILVA, 2013; 2015), passando por nomear, sustentados por Santomé (1998) no diálogo com alguns outros estudiosos do campo dos estudos do currículo e da diversidade quem são as “vozes ausentes do currículo”, ou seja, as diversidades que não podem ser silenciadas, tampouco, surgir de maneira esporádica, irresponsável, folclorizada ou ainda descoladas da vida social e cotidiana de tod@s aquel@s que devem ser autor@s e consumidor@s dos currículos, por fim, defendemos a ideia da elaboração e feitura, dinâmica, flexível de propostas curriculares emancipatórias que primem por ter em seu “DNA pedagógico” a própria noção de diversidade como sendo motor impulsionador para vencer tempos em que existir por si só, tem se tornado um ato de resistência.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-corta-verbas-de/>. Acesso em: 16/05/2022.

## O campo do currículo e o “currículo festivo”

Antes de qualquer coisa é importante situar o campo dos estudos de currículo em uma seara mais ampla como um espaço de permanente contestação e que demanda profunda discussão ampliada por tod@s as pessoas interessadas e implicadas com as práticas educativas.

Em época na qual as ondas (neo) conservadora e (neo) direitista se alastra a passos largos pelo país, é crucial defender, nas palavras de Rocha (2020), uma “justiça curricular em tempos supremacista, moralista conservador”, para o estudioso é imperioso advogar em favor de “currículos diversos” tendo em vista que,

Defender o direito humano, universal e subjetivo à educação referenciada socialmente, é reconhecer e valorizar as diferenças, respeitar liberdades, que não se implementa de forma compulsória. Haveremos que desenvolver práticas curriculares que promovam justiça curricular. Currículos importam, são dispositivos impactantes e de (re) existência no processo de construção identitária, currículos são documentos de identidade (ROCHA, 2020, p. 178).

Portanto, tomamos a noção de currículo ligada à ideia de identidade social apontada por Silva (2012) quando nos mostra que as narrativas contidas nas teorias do campo têm sido tomadas pelos governos como uma espécie de tecnologias para incluir, excluir, apagar ou evocar certos grupos sociais, – em nossa época vivia atualmente, políticas como a “militarização das escolas públicas”, a “homeschooling”, o “Programa Escola Sem Partido” e ainda a “Base Nacional Comum Curricular” tem se mostrado como verdadeiras afrontas aos avanços conquistados em décadas passadas com relação às políticas voltadas para a pasta da diversidade e dos direitos humanos – por isso, concordamos com o autor ao defender o quanto o debate curricular precisa estar nas mãos daquel@s que, de fato, são a autoridade intelectual para praticá-lo: os profissionais da educação:

[...] As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação [...] Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares sobre gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos [...] O discurso do currículo, pois, autoriza ou desautoriza, legitima ou deslegitima, inclui ou exclui (SILVA, 2012, p. 190).

Não nos esqueçamos, todavia, a partir das reflexões de Gomes (2008), mesmo diante de um cenário tão desafiador como o que vivemos de ideias tão retrogradadas e de uma narrativa ufanista e conservadora sem precedentes (SILVA, 2019), da atuação fundamental dos movimentos sociais em questionar e exigir que as escolas e os seus currículos demasiadamente inflexíveis e funcionalistas se voltem para as múltiplas culturas que povoam o ambiente social / educacional

[...] o papel dos movimentos sociais e culturais nas demandas em prol do respeito à diversidade no currículo. Tais movimentos indagam a sociedade como um todo e, enquanto sujeitos políticos, colocam em xeque a escola uniformizadora que tanto imperou em nosso sistema de ensino. Questionam os currículos, imprimem mudanças nos projetos pedagógicos, interferem na política educacional e

na elaboração de leis educacionais e diretrizes curriculares (p. 26).

É importante ponderar o quanto as forças políticas que lideram o que denominamos de ataques ao campo do currículo, como as ações já citadas se fazem valer pelo apoio político em situação de maioria, conquistados no último pleito presidencial para avançar em suas pautas conservadoras e ao mesmo tempo sufocar os a mobilização dos coletivos e pessoas contrárias a todas essas ações truculentas que, a exemplo do “Programa Escola Sem Partido” configuram-se como mais uma tentativa de tornar pífia a participação dos profissionais do magistério ou de qualquer outra pessoa, tornando-os meros reprodutores de propostas curriculares reguladas e controladas por agentes sociais descolados da educação e da Pedagogia (SILVA; BORGES, 2016).

Retomando as características do que denominamos de “currículo festivo”, mas ao mesmo tempo traduzindo em possibilidade saídas para a implementação de um “currículo antirracista” (SILVA, 2013; 2015), traduzimos no quadro abaixo os principais atributos de cada tipologia:

**Quadro 01.** Tipologias Curriculares

Currículo Festivo	Currículo Antirracista
<ul style="list-style-type: none"> <li>- É a modalidade em que o trabalho expresso sobre educação das relações étnico-raciais negras é minimizado a eventos pontuais, festivos ou cotidianos que não mantêm ligação didática com a organização do trabalho do professor e nem politiza ou mesmo historiciza a questão racial brasileira; ao contrário,</li> <li>- volta-se para abordagens superficiais e equivocadas da cultura afro, com a intenção de somar mais uma data comemorativa no calendário escolar.</li> <li>- realizado esporadicamente em eventos pontuais, ou ainda em atividades cotidianas, mas sem articulação com o PPP, marcos legais ou currículo.</li> <li>- essa perspectiva se caracteriza por meio de conteúdos despolitizados, a-históricos e acrílicos com relação ao estudo do negro e sua exploração ao longo da historiografia brasileira, o que leva ao tratamento da questão com enfoque cultural e folclórico somente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- possui dois estruturantes: <i>Eixo Historiográfico Antirracista</i> e <i>Eixo de Reconhecimento Identitário</i>.</li> <li>– reconhece a presença negra no Brasil bem como suas consequências: movimentação da economia por meio da exploração de mão de obra escravocrata e consequente hierarquização social inferiorizada;</li> <li>– analisa a questão negra no Brasil sob o ponto de vista de duas categorias: raça e classe;</li> <li>– admite que o país ainda reduz a participação e nega acesso a vários bens básicos à população negra;</li> <li>– reconhece e aplica os valores civilizatórios afro-brasileiros na educação;</li> <li>– as ações e projetos são resguardados pelos marcos legais e trabalhados por toda a comunidade escolar: pais, alunos, professores e funcionários em geral;</li> <li>– materializa os temas da educação das relações étnico-raciais em vários movimentos dos anos escolares, em diferentes disciplinas e de maneiras diversificadas;</li> <li>– produz materiais didáticos próprios que elevam à participação negra e ao mesmo tempo combate a entrada de recursos didáticos que perpetuam a visão inferiorizada dos afrodescendentes;</li> <li>– os procedimentos e estrutura pedagógica são repensados em seus vários elementos: objetivos, procedimentos, didáticas e processos avaliativos.</li> </ul>

**Fonte:** Baseado em: SILVA (2013; 2015; 2022).

Em texto anterior (SILVA, BORGES, 2020) quando relacionamos currículo, narrativa e diversidade chamando à discussão a necessidade de ressignificar essas prescrições mais rígidas, mais teóricas e mais isoladas da vida cotidiana das pessoas integrantes das comunidades escolares tão diversas pelo país, lembrávamos que também não basta minimizar as pautas sociais da diversidade reduzindo-as a meros apêndices em programas e materiais didáticos no intuito de perpetuar dominações que vem desde o período colonial, por isso mesmo o nosso incômodo e ação propositiva de uma década atrás em analisar os dados, demonstrar a situação do universo pesquisado, mas, extrair dele mesmo, saídas para reverter e transformar o cenário estudado:

Avançar nesse sentido é problematizar modelos consolidados de ensino no Brasil, que geralmente, são fruto de escolhas de alguns segmentos sociais e culturas que buscam garantir a perpetuação de seu domínio, e que, enxergam no currículo oportunidade singular para determinar o que será ensinado, para quem será ensinado e de que forma isso deve ocorrer. O resultado desse cenário é o uso empobrecido, artificial e plastificado dos conteúdos curriculares ligados às chamadas minorias sociais, como a população afro-brasileira, as mulheres, os indígenas e os grupos LGBT. As demandas políticas desses sujeitos são pulverizadas na temática da diversidade que ilude alguns profissionais da educação, que infelizmente não conseguem perceber o verniz democrático que se localiza nos bastidores das políticas e decisões curriculares (pp. 32-33).

Por fim, justificamos a feliz opção por atualizar em dois produtos essa pesquisa, trazendo à baila um fragmento da segunda edição da obra, no item em que ampliamos a conceituação do “*currículo festivo*”, sabedores que somos de que a ciência e o conhecimento científico são dinâmicos e nada estáticos e vão se aprofundando e abrindo novas frentes conforme vamos nos deparando com os tempos históricos vividos, por isso,

Vale ressaltar ainda, que, embora o objeto de investigação em tela seja o lugar ocupado pela Educação das Relações Étnico Raciais Negras nos currículos escolares de Anos Iniciais de Ensino Fundamental que, no caso, dos resultados da pesquisa apontaram para a categoria do “*currículo festivo*”, é possível ampliar essa denominação para quaisquer manifestações relativas ao descaso pedagógico que por vezes é dado aos conteúdos e as temáticas ligadas as chamadas minorias e aos temas da diversidade, sobretudo, quando esses são tratados com um olhar marginalizado, de forma deturpada e desligada do cotidiano dos/as estudantes, quais sejam: a história e luta das comunidades indígenas e quilombolas, das mulheres, das comunidades ciganas, das comunidades ribeirinhas, das pessoas que não são somente uma sigla: LGBTQIA+, mas que representam séculos de batalhas por representatividade e que por vezes os currículos trataram de silenciar, portanto, a busca por superar o “*currículo festivo*” passa também por todas essas frentes (SILVA, 2022, p.107).

Partimos para, no próximo item, debater quem são as vozes ausentes do currículo, para em seguida suscitar possíveis caminhos na busca por práticas curriculares mais emancipadoras.

## As vozes ausentes do currículo

Sabemos que o Brasil é signatário de muitos acordos internacionais que versam sobre a proteção dos Direitos Humanos, ainda que numa visão universalista que por vezes minimiza os grupos específicos que compõem e mais necessitam ter seus direitos atendidos. Com tudo isso, a agenda política e legal ainda não conseguiu avançar na mesma proporção com que o racismo (FILICE; SILVA, 2020), as violências de gênero como a misoginia e, sobretudo a LFBTFobia (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2019) elevam os casos registrados em nosso país.

Uma leitura mais crítica e distante de qualquer “*entusiasmo e otimismo pedagógico pela educação*” (NAGLE, 2001) próprios dos anos de 1920 e 1930, sabe que a escola não tem papel solitário em combater ações anti-discriminação, contudo ela e os seus currículos necessitam levantar todos esses assuntos, por isso é significativo enumerar e caracterizar, resguardadas o espaço (Espanha) e o tempo de publicação (há mais de 20 anos) as ideias de Santomé (1998) em sua obra de referência quando nos provoca com a seguinte indagação: “*afinal, quem são as vozes ausentes do currículo?*”

Antes de responder à questão, o próprio intelectual nos previne, reforçando o que já havíamos delineado nesse próprio texto, o quanto a “*educação bancária*” (FREIRE, 2005) e o caráter “fordista” dos currículos e programas nacionais tendem a alienar e a pulverizar as diversidades culturais, movimento semelhante ao que ocorre hoje em nosso país, se tomarmos a aprovação e a atual fase de implantação em toda educação básica da Base Nacional Comum Curricular, como já demonstramos (SILVA, 2020) veremos que o comum foi transformado em nacional e o local/regional tem perdido cada vez mais espaço.

Nas palavras de Santomé (1998) o que se observa é que nos documentos curriculares oficiais é comum o esquecimento dos grupos e camadas sociais historicamente exploradas, por outro lado reina o excesso de temas ligados a determinados grupos hegemônicos, no caso de nosso país, a nossa própria trajetória acadêmica (SILVA, 2013; 2015; 2022) comprovou a reificação da cultura europeia na lógica da organização do trabalho pedagógico em detrimento de outras histórias e culturas, sobretudo indígenas, negras e que saem da visão heteronormativa (ELIAN, 2013). Assim:

As culturas ou as vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados, que não dispõem de estruturas importantes de poder, costumam ser silenciadas ou mesmo estereotipadas e deformadas para anular suas possibilidades de reação. Entre essas culturas ausentes podemos destacar as seguintes:

- As culturas das nações do Estado espanhol.
- As culturas infantis e juvenis.
- As etnias minoritárias ou sem poder.
- O mundo feminino.
- As sexualidades lésbica e homossexual.
- A classe trabalhadora e o mundo das pessoas pobres.
- O mundo rural e ribeirinho.
- As pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou psíquicas.
- Os homens e mulheres da terceira idade.
- As vozes do Terceiro Mundo (SANTOMÉ, 1998, p. 131).

Vemos na citação anterior a preocupação do autor de referência em explicitar que, não basta garantir espaço nos currículos para essas vozes, mas é importante que essas vozes sejam também criadoras dos próprios espaços pedagógico-curriculares, muito embora o contexto nos pareça até ultrapassado, como o uso da expressão “terceiro mundo” ou ainda termos não mais usados “portadores de deficiência”<sup>4</sup>, destacamos, novamente, a atualidade da reflexão do espanhol, em contrapartida com a nossa realidade, de perdas de garantias e direitos fundamentais e ainda, retrocessos em diversas instâncias da vida pública, sobretudo, na seara da educação.

Completando a ideia anterior, em Gomes (2012), resgatamos a sua provocação reflexiva da necessidade de “*descolonização dos currículos*”, para a autora, historicamente, temos perpetuado propostas curriculares estrangeiras no formato de grades, pobres, conteudista e cada vez mais enxutas do diálogo entre escola e realidade social, não é possível empreitar currículos que silenciem ou neguem grupos sociais e étnicos que já foram historicamente explorados e tiveram seu direito de existir negado.

O fundamental das ponderações anteriores é respeitar a autonomia intelectual de cada região, instituição e sujeitos, a propositura de reconstruir a realidade nos espaços formativos de educação, não pode prescindir dos assuntos aqui defendidos, e não se trata de favoritismo muito menos estamos apontando que os assuntos da diversidade sejam suplementos dos currículos, longe do olhar “festivo”, o próprio Santomé nos previne que “Uma política educacional antidiscriminatória não pode reduzir-se a uma série de lições ou unidades didáticas isoladas destinadas ao estudo desta problemática. Não podemos dedicar apenas um dia por ano à luta contra os preconceitos raciais e a marginalização” (SANTOMÉ, 1998, p. 150).

O desenvolver de práticas escolares não-excludentes, antirracistas e antidiscriminatórias passa pelo hercúleo trabalho intelectual e político em garantir aos estudantes elementos que os faça perceber e desvelar as dinâmicas políticas por trás das dominações sociais, econômicas, políticas, de gênero, religiosas e estéticas, caminhando para um processo de desalienação e emancipação, acreditamos que um projeto curricular emancipador pode ser um bom começo para tal propósito.

## **Reflexões: em busca de um “currículo emancipador”**

Seja uma “conversa complicada”, mas necessária como já pontuou Pinar (1995) ou ainda tomado como um “território contestado” na ótica de Silva e Moreira (2001), o fato é que o campo dos estudos curriculares é ainda, uma verdadeira arena de disputas políticas, muito acirradas, por sinal, ao longo dessas páginas pudemos retomar a ideia da festividade como sendo uma patética e enganadora tentativa compensatória de incluir os temas da diversidade nas rotinas curriculares da escola, e essa situação, não pode ser simplesmente ignorada, não temos a pretensão, muito menos a soberba intelectual de receitar um antídoto para curar esse mal, contudo podemos tentar – baseado em nossa experiência laboral, que inclui o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão na universidade e uma trajetória também na educação básica – traçar alguns caminhos possíveis para buscar saídas para esse mal estar da celebração às diferenças e o engodo e a enganação da suposta convivência pacífica com todas as pessoas da diversidade, que na verdade é o que almejamos, mas não é o que vem sendo praticado na maioria dos espaços educativos, ao menos as pesquisas que tivemos acesso demonstraram isso, os casos exitosos existem, em parte estão documentados, mas ainda figuram exceção.

Pois bem, um dos princípios fundamentais é o respeito à autonomia e à gestão pedagógica das instituições escolares, principalmente nos momentos em que as mesmas passam pelos processos de elaboração de seus documentos curriculares.

Em seguida, pensar, que nem toda formação inicial consegue garantir pleno domínio da área pedagógica, portanto, a busca pelo aperfeiçoamento e pela formação continuada, com todas as condições, deve ser uma busca constante.

Por fim, a compreensão, de que mesmo não havendo um modelo ou uma tipologia

---

4 No Brasil, o termo o termo usado atualmente é “pessoa com deficiência”.



curricular a ser seguida, apostamos na ideia de Santomé (1998) num projeto emancipador, onde:

[...] um projeto curricular emancipador destinado aos membros de uma sociedade democrática e progressista, além de especificar os princípios de procedimento que permitem compreender a natureza construtiva do conhecimento e sugerir processos de ensino e aprendizagem em consonância com os mesmos, também deve necessariamente propor metas educacionais e blocos de conteúdos culturais que possam contribuir da melhor maneira possível com uma socialização crítica dos indivíduos (p. 130).

É um desafio diário promover a materializações dessas ações que formem sujeitos solidári@s, crític@s e ativ@s, principalmente na aridez sob as quais as relações humanas têm se delineado quando existem divergências de pensamento, o intuito de promover a convivência com @s diferentes e com as diferenças está justamente em consolidar o exercício sadio, saudável e cotidiano da pluralidade curricular para além de momentos pontuais, festejos e apêndices compensatórios, a vozes ausentes dos currículos ecoam das mais variadas formas, contornos, cores, gêneros e manifestações, não cabem num único espaço, num único currículo.

## Referências

ELIAN, Isabella Tymburibá. **A heteronormatividade no ambiente escolar**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), ISSN 2179-510X. Florianópolis, 2013.

FILICE, Renísia Cristina Garcia; SILVA, Francisco Thiago. Educação e Direitos Humanos: o lugar das Relações Étnico-Raciais. In: PAULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino; LONGO, Clerismar Aparecido. (Orgs.). **Educação, diversidade, direitos humanos e cidadania: escritos e compromissos**. São Paulo: Vozes, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

NAGLE, Jorge. **Sociedade e Educação na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de; AZEVEDO, Israel de. **LGBTQI+fobia: um estudo sobre a elaboração de normas antidiscriminatórias como forma de ação afirmativa no Brasil**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 50, n. 3, nov. 2019/fev. 2020.

PINAR, W. *et al.* **Understanding curriculum**. New York: Peter Lang, 1995.

ROCHA, José Damião Trindade. Justiça curricular em tempos supremacista, moralista,

conservador. In: HONORATO, Rafael Ferreira de Souza; SANTOS, Edilene da Silva (Orgs.). **Políticas Curriculares (inter) nacionais e seus desdobramentos**. Rio de Janeiro, RJ: Ayvu Editora, 2020.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, Francisco Thiago; BORGES, Livia Freitas Fonseca. Currículo, Narrativa E Diversidade: Prescrições Ressignificadas. In: SILVA, Francisco Thiago; MACHADO, Liliane Campos (Orgs.). **Currículos, Narrativas e diversidade**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Francisco Thiago; BORGES, Livia Freitas Fonseca. **O Currículo Da Mordaza: Políticas De Regulação E Controle Da Escola Pública**, In: XII Colóquio sobre Questões Curriculares/ VIII Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo/II Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, Recife, 2016.

SILVA, Francisco Thiago. **Currículo Festivo e Educação das Relações Raciais**. 2ª ed. Brasília, Kiron, 2022.

SILVA, Francisco Thiago. **O nacional e o comum no ensino médio: autonomia docente na organização do trabalho pedagógico**. Revista Em Aberto, v. 33, p. 155-172, 2020.

SILVA, Francisco Thiago. **Pátria amada, Brasil: ufanismo e intromissão burocrática na educação brasileira contemporânea**. Revista de Educação ANEC, v. 45, p. 178-194, 2019.

SILVA, Francisco Thiago. **Currículo Festivo e Educação das Relações Raciais**. 1ª ed. Rio Grande, Pluscom Editora, 2015.

SILVA, Francisco Thiago. **Educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal: reflexões curriculares**. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: Territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígena na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido em: 10 de abril de 2023

Aceito em: 13 de outubro de 2023